



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Trabalho profissional**

## **O SOCIOJURÍDICO EM RODA DE CONVERSAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA**

**CARLA RAFAELA LEMOS SALES <sup>1</sup>**

**JULIANA MARIA RAMOS SAUMA <sup>2</sup>**

**CLEICE SANTOS SANTOS <sup>3</sup>**

**CAYO LUCAS CABRAL UCHOA <sup>4</sup>**

**LUANA GRAZIELE MODESTO DA SILVA <sup>5</sup>**

### **RESUMO:**

Este texto apresenta o relato de experiência e atividades do primeiro ano de um Projeto de Extensão vinculado a uma Faculdade de Serviço Social de uma Instituição Federal de Ensino Superior, o qual tem como foco fortalecer a formação e atuação profissional de Assistentes Sociais e estagiários/as alocados/as em instituições sociojurídicas de um estado brasileiro.

**Palavras-chave:** Extensão universitária; Serviço Social; Sociojurídico.

### **ABSTRACT:**

This text presents a report on a experience and activities of the first year of an Extension Project linked to a Faculty of Social Work of a Federal Institution Higher Education, which aims to strengthen the training and professional performance of Social Workers and trainees allocated to socio-legal institutions of a Brazilian state.

**Keywords:** University extension; Social Work; Sociolegal.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará

<sup>4</sup> Universidade Federal do Pará

<sup>5</sup> Universidade Federal do Pará

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo relatar e discutir sobre a construção e realização de atividades de um Projeto de Extensão vinculado a uma Faculdade de Serviço Social e a um Grupo de Estudos e Pesquisas de uma Instituição de Ensino Superior (IFES), com apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da mesma universidade. As atividades extensionistas iniciaram no ano de 2023 e atualmente a equipe é composta por 22 (vinte e dois) colaboradores, sendo 4 (quatro) doutoras, 1 (uma) doutoranda, 1 (uma) mestranda, 14 (quatorze) graduandos e 2 (duas) assistentes sociais especialistas.

O referido projeto surgiu a partir dos resultados de uma pesquisa, realizada entre os anos de 2017 e 2021<sup>1</sup>. No decorrer da pesquisa foram produzidas atividades acadêmicas e interinstitucionais, havendo abertura de duas turmas de estágio supervisionado em Serviço Social em instituições sociojurídicas (Defensoria Pública, no Ministério Público e Tribunal de Justiça) e reuniões com assistentes sociais, profissionais do Direito e da Psicologia das referidas instituições.

A pesquisa realizada, além de contribuir com a formação profissional e continuada, também possibilitou identificar e analisar o fazer profissional do/a assistente social e suas limitações, contradições, tensionamentos e possibilidades no âmbito sociojurídico. Ressalta-se que o resultado marcante da experiência de pesquisa com este público evidencia que processos de trabalho individualizados neste espaço socioprofissional geram restrições a práxis destes profissionais e limitam ainda mais o acesso a direitos para os indivíduos e famílias que são atendidas. Desse modo, é de suma importância conhecer por meio da aproximação e diálogos sobre suas experiências, a realidade laboral da categoria de assistentes sociais alocados nesses espaços institucionais.

Assim, partindo dos resultados da pesquisa, o projeto de extensão tem como objetivo geral fortalecer a formação e atuação profissional de assistentes sociais de instituições sociojurídicas. Além disso, possui objetivos específicos, sendo eles: a) Capacitar assistentes sociais de instituições sociojurídicas através de rodas de conversas e outras atividades que permitam trocas de experiências com estagiários/as, pesquisadores/as e estudos vinculados à área; b) Estimular que assistentes sociais e estagiários/as de instituições sociojurídicas se aproximem e/ou

---

<sup>1</sup> Pesquisa não identificada para atender às regras de submissão do evento.

aprofundem de estudos que envolvem suas respectivas atuações profissionais; c) Fortalecer a relação entre a IFES e campos de atuação profissional, de estágio e de estudo vinculados à temática do Serviço Social no sociojurídico; d) Contribuir para curricularização da extensão no curso de Serviço Social da IFES através das ações Projeto.

O relato a seguir está dividido em 4 seções, sendo estas compostas por: metodologia, no qual expõe a matriz teórica e como foram idealizadas e realizadas as ações do projeto; resultados e discussão, que evidencia as metas alcançadas, as experiências com o público alvo e relatos/contribuições do mesmo; conclusão, que resume as principais reflexões obtidas com o projeto; e por fim, as referências utilizadas na composição deste trabalho.

## 2. O PONTO DE PARTIDA DO PROJETO

O ponto de partida do “*Título do Projeto*”<sup>2</sup> é a realização de rodas de conversa e outras atividades que viabilizem a troca de experiências profissionais, permitam fortalecimento das discussões coletivas e amadureçam a relação entre a IFES – nas suas expressões de ensino, pesquisa e extensão – e espaços de atuação profissional. O público-alvo está direcionado a assistentes sociais e estagiários/as vinculados/as à área sociojurídica de um estado brasileiro, e pesquisadoras/es da temática.

Em síntese, o exercício é trazer para a “roda” temáticas afins à atuação profissional nesse âmbito, permitindo a problematização e reflexão das mesmas conforme as vivências do público-alvo. Nesse sentido, ressalta-se a importância dessa metodologia como afirma Moura e Lima (2014), ao sinalizar que a mesma “se firma como um instrumento de produção de dados da pesquisa narrativa, em que é possível haver uma ressonância coletiva, na medida em que se criam espaços de diálogo e de reflexão” (Moura e Lima, 2014, p. 104).

Ademais, a orientação das discussões de todas as atividades vinculadas ao Projeto buscam estar em consonância aos princípios que regem o código de ética do Serviço Social, que possuem, dentre seus valores principais, o reconhecimento da liberdade como valor ético central, e da autonomia, emancipação, que contribuam como demandas políticas para a expansão de indivíduos sociais visando à construção de outro projeto de sociedade; a defesa intransigente dos direitos humanos; defesa da ampliação e consolidação da cidadania e do aprofundamento da

---

<sup>2</sup> *Título não identificado para atender às regras de submissão do evento e não haver associação com autores/as.*



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

democracia em seu caráter de socialização da participação política e riqueza socialmente produzida, em conjunto com entidades político-coletivas alinhadas a estas diretrizes; empenho para a eliminação de todas as formas de preconceito, garantia da pluralidade; de modo que todos estes valores corroboram ao compromisso da prestação de serviços profissionais junto a instituições, famílias e indivíduos (Cfess, 2012).

Registra-se que a leitura e tradução desses princípios tem como orientação a perspectiva da teoria social crítica, na pluralidade de autores que se propõem, dentro de suas particularidades, realizar reflexões críticas acerca do conteúdo desta sociedade e as contradições próprias das relações sociais capitalistas, com questões e problematizações dos fenômenos que se apresentam em seu caráter aparente, especialmente no âmbito sociojurídico. Assim sendo, estão em conformidade também com diversos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>3</sup>.

Dito isto, importa enfatizar que, em um primeiro momento, os temas foram escolhidos de acordo com a sua pertinência no trabalho das assistentes sociais da área sociojurídica, a partir do levantamento realizado na pesquisa que originou o projeto de extensão, a qual versa sobre as particularidades do trabalho das e dos assistentes sociais no estado do Pará, de modo a ter maior eficácia no seu cotidiano de atuação das profissionais. Os textos em questão voltaram-se aos temas das rodas de conversa, como: a atuação profissional dos e das assistentes sociais no sociojurídico, o papel do Estado como órgão regulador da sociedade, novas requisições para as profissionais da área, a subjetividade no trabalho social com famílias e indivíduos, o trabalho em rede de serviços e a interface com as políticas públicas na área e o trabalho com famílias, gênero e o Serviço Social, ao longo de 8 meses de encontros.

É fundamental pontuar que o projeto uniu voluntários que, em sua maioria, teve o perfil de discentes de graduação inseridos ou posteriormente inseridos em instituições sociojurídicas e que compuseram as turmas de supervisão acadêmica de estágio na mesma esfera de atuação sociojurídica. As rodas de conversa integram a ementa da disciplina, onde participam todos os estagiários e estudantes da turma com a coordenadora e as profissionais da área, permitindo que seja experienciada atividades de ensino, pesquisa e extensão pelos/as sujeitos que compõem a tríade do processo de supervisão de estágio.

---

<sup>3</sup> Com destaque para reflexões críticas sobre as (ODS01), saúde e bem-estar (ODS03), educação de qualidade (ODS04), igualdade de gênero (ODS05), trabalho decente e crescimento econômico (ODS08), redução das desigualdades (ODS08), paz, justiça e instituições eficazes (ODS16).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A fim de divulgar as atividades mensais, foi criada uma lista de transmissão no aplicativo *WhatsApp* com as assistentes sociais, após ser pontuado por elas, que é o meio de mais rápido acesso e resposta a convites e informes do seu dia a dia. Contudo, através de mensagens por e-mail, também são realizados contatos para fins menos recorrentes, como eventos em geral. O conteúdo das rodas de conversa foi apresentado pela professora coordenadora, pelas professoras colaboradoras e por assistentes sociais convidadas. As profissionais participantes tiveram espaço durante e após as apresentações de cada roda para realizarem intervenções e colaborações nas discussões, partindo de suas experiências profissionais, das leituras, ou de ambos os casos.

De maneira coletiva, foram definidas as responsabilidades de cada membro do projeto, de acordo com a afinidade e a disponibilidade de cada um/a, uma vez que quase todos/as estavam em estágio obrigatório, com horários determinados. A sala onde ocorreram as rodas pertencia ao bloco de salas da Faculdade de Serviço Social da IFES, previamente reservadas para evitar imprevistos, tendo em vista as diferentes programações realizadas pelo corpo docente e discente.

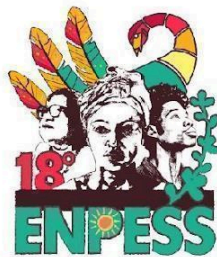
Durante cada roda de conversa realizada, foram elaboradas atas que posteriormente integraram os relatórios parcial e final do projeto, requisitos obrigatórios, também, para pleitear bolsas de extensão e pesquisa<sup>4</sup>. A partir das falas das profissionais durante as rodas de conversa, foram coletados dados importantes para análise da realidade de seus espaços de trabalho, os quais serviram como base para seguintes reflexões em trabalhos produzidos pelos integrantes, traduzidos por intermédio de uma perspectiva dialética da realidade social e profissional.

### 3. VIVÊNCIAS E REDEFINIÇÕES NO PERCURSO DE UM ANO

A participação no Sociojurídico na Roda se constitui como um ambiente de troca de conhecimentos, experiências, angústias, desafios, histórias e conquistas. A conjugação e troca das vivências partem do real, o qual se encontra em constante movimento e demanda as devidas mediações das/os Assistentes Sociais em seu cotidiano profissional, das/os estudantes de graduação nos seus campos de estágio, das/os docentes no exercício do magistério e das/os mestrandas/os e doutorandas/os em suas pesquisas, assim como o constante aprimoramento intelectual e a necessidade de uma pausa para que se possa refletir.

---

<sup>4</sup> Entre 2023 e 2024, obteve-se aprovação nos seguintes editais: para iniciação científica voluntária (EDITAL PIBIC/PIVIC IFES 18/2023-2), bolsa de iniciação científica (EDITAL PRODOUTOR 11/2023), e bolsa de extensão da Pró-Reitoria de Extensão (EDITAL PROEX N°01/2024), todos os editais da IFES a qual está vinculado o projeto de extensão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

É nesse sentido que o processo das atividades do projeto de extensão se dá, o qual já vem consolidando resultados e materializando metas, as quais são: a realização 7 (sete) reuniões mensais em formato de rodas de conversa com assistentes sociais de instituições sociojurídicas, em especial da Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Justiça; realização de 1 evento pelo grupo de pesquisa que está vinculado em parceria com outros dois grupos de pesquisa, e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do seu respectivo estado; supervisão acadêmica de 1 (uma) turma de estágio na área sociojurídica; submissão e apresentação de 2 trabalhos com discentes: 1 (um) artigo em evento internacional e 1 (um) resumo expandido em evento regional; Publicação de capítulo em 2 livros; realização de 1 (um) atividade de culminância do Projeto das Atividades no ano de 2023; publicação de 1 (um) artigo em revista avaliada com qualis A2 na área do Serviço Social; orientação de 1 (um) trabalho de conclusão de curso na Faculdade que o Projeto está vinculado; orientação de 2 (duas) dissertações de mestrado e 1 (uma) tese de doutorado pelas colaboradoras do projeto de extensão, vinculadas ao grupo de pesquisa com temáticas afins da área.

No que tange às rodas de conversas, realizou-se um total de 7 (sete) rodas de conversas, nas quais foram abordadas diversas temáticas que estão presentes no cotidiano profissional das/dos Assistentes Sociais assim como das/dos estagiários de Serviço Social. A saber, as rodas trataram de apresentar o Projeto de Extensão que se fala, explicitando suas motivações, objetivos, princípios que o norteiam, como também em tocar pontos importantes que impactam a vivência das/dos profissionais de Serviço Social, como o isolamento destas/destes no ambiente de trabalho, as condições de trabalho, a imperatividade e forte caráter hierárquico presente nas instituições sociojurídicas.

Nessa perspectiva, durante as discussões foi apontada a necessidade de atenção à saúde mental, especialmente afetada em virtude do isolamento profissional, somado à sobrecarga muito ressaltada pelas profissionais. Destaca-se que a inserção de profissionais na área sociojurídica é complexa e que, em geral, o mercado de trabalho para assistentes sociais apresenta um perfil cada vez mais concorrido, ainda que com ofertas cada vez mais precarizadas, atentando, por sua vez, para o fato das limitações financeiras e estruturais das instituições sociojurídicas, quando referente ao Serviço Social. Ademais, é mencionada a precarização e a descredibilização nos espaços de trabalho dessas instituições por meio da contratação de profissionais externos.

Para além do desconhecimento do trabalho das e dos assistentes sociais inseridos nessas instituições, há a realidade das imposições no trabalho desses profissionais, com o surgimento de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

novas requisições institucionais, as quais extrapolam o escopo da formação e das competências e atribuições previstas em lei. Um exemplo trazido durante as rodas é o Depoimento Especial, procedimento imposto pelo Conselho Nacional de Justiça, com diversas críticas em virtude do seu objetivo de não revitimizar as crianças e adolescentes, ainda que as colocando na posição de produtora de provas sobre o caso, e o “profissional como responsável pela extração ‘técnica’ da ‘verdade dos fatos’” (Fávero, 2018, p. 57), tendo sido suspensa a resolução do Conselho Federal de Serviço Social, que enfatiza não ser essa uma atribuição da categoria. Nesse ponto, foi enfatizado que o espaço de atuação define o contorno do fazer profissional e que o constante aperfeiçoamento é fundamental para compreender as contradições presentes no seu processo de trabalho e na sociedade, atentando-se para a necessidade de ouvir a comunidade.

Também, as rodas de conversas focaram em temáticas que abordaram a categoria família, repercutindo como esta instituição social é um espaço de poder, a qual não possui um modelo único e ideal, tensionada por fortes questões de gênero e classe, formada, dentro da sociedade brasileira, majoritariamente por mulheres negras, periféricas e suas/seus filhas/os, as quais, em sua maioria, não possuem rede de apoio. Ademais, ainda se discutiu sobre o termo negligência e suas implicações, pois ao tratar das famílias como negligentes, o Estado se abdica da sua responsabilidade constitucional de especial proteção a família e delega a família a responsabilidade pela sua própria proteção, assumindo um postulado familista na condução das políticas sociais públicas.

Portanto, ressalta-se a necessidade de frisar que o Projeto de Extensão em tela tem como sua principal razão de existir o retrato das/os Assistente Sociais dentro das instituições sociojurídicas no estado brasileiro onde são executadas suas ações, o qual se expressa em grandes quadros de isolamento não apenas institucional, mas interinstitucional, abarcando até mesmo políticas sociais e sistemas que a princípio deveriam funcionar de forma integrada. Na pesquisa realizada em três dessas instituições, observa-se que

Esse isolamento pode ser expresso no fato de que 70% das participantes da pesquisa não trabalham com outros profissionais no mesmo espaço (sejam salas pequenas ou grandes), que ganha maior sentido quando se observa a realidade profissional na DP[...], no MP[...] e no TJ[...]: a maior parte das profissionais não conhece o que as outras fazem, algumas vezes isso ocorre dentro da própria instituição que estão vinculadas, mas também nas outras, mesmo quando atuam em temáticas iguais ou similares, inclusive com projetos semelhantes. É praticamente nula, portanto, discussões interinstitucionais entre essas profissionais. A realidade se agrava nos demais municípios do estado, onde elas próprias expõem, a partir de conversas com seus pares, que quanto mais afastada da capital está a lotação da assistente social, maior o isolamento e os desafios (Autor, Ano, página).

Ainda, para Autor (Ano), o isolamento surge de diversas condicionantes da ordem de como



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

estado burguês se organiza, da extrema hierarquização das instituições sociojurídicas, dos processos de trabalho rotinizados, burocráticos, com altas demandas, metas e prazos a serem cumpridos. Tem-se, dessa forma, uma categoria profissional que intervém na realidade, mas não consegue ou tem limitada sua capacidade de fazer as mediações necessárias para desvelar esse mediato escondido no imediato, pois na falta de articulação com a própria instituição, com a sua categoria, com espaço sócio-ocupacional as/os quais estão inseridas/os, a falta de troca de conhecimento, organização e o senso de unidade, a tendência é torná-los/às meros/as reprodutores/as e mantenedores/as da ordem vigente.

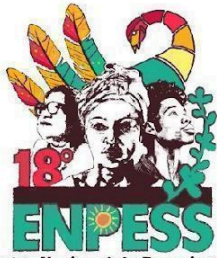
Por isso o caráter extensionista do projeto em tela. Embora compreenda-se seus limites e contradições próprias de toda ação institucional, entende-se que as possibilidades da extensão residem quando esta é oriunda do real, da experiência, do conhecimento crítico que vem e que se tem das relações sociais, da materialidade, do contato para com o outro, ultrapassando o território da academia e situando-se, segundo Castro (2004, p. 14): como produção do conhecimento “a partir da experiência e, assim, tem capacidade de narrar sobre o seu fazer”.

Ademais, o projeto de extensão em tela estimula diversas dimensões da vida de suas/seus participantes, atribuindo um senso de unidade na diversidade das especificidades de suas vivências cotidianas; liberdade para discutir e trazer para o plano consciente seus processos de resistência e consentimento, correlacionados com sentimentos como anseios, esperança, desejos, angústias, medos, assim como as opressões e a exploração que sofrem no ambiente de trabalho, estágio e na própria academia. Pode-se dizer que, para além de produtor de conhecimento, se tornou um espaço de acolhimento que veio para tentar realizar uma quebra, mesmo que momentaneamente, com a rotinização e a mecanização dos processos de trabalho, a solidão nos espaços de trabalho, e a alienação pelo trabalho.

Também, apesar do projeto estar inscrito como projeto de extensão e ter como seu objetivo geral “fortalecer a formação e atuação profissional de Assistentes Sociais de instituições sociojurídicas”, ele vai muito além, articulando-se de maneira indissociável do ensino e da pesquisa, compondo um tripé de formação continuada, que produz não só conhecimento, mas extrapola o âmbito interno da universidade, influencia e ao mesmo tempo que é influenciado pelas tramas do real.

Portanto, é possível afirmar que o Projeto de Extensão em tela não vê seu objetivo geral como uma mera linha de chegada ou como uma opção meramente taxativa, esvaziada de sentido, mas sim como um processo constante de construção, de organização, de criatividade, de luta.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Assume um lugar onde seus participantes podem reinventar-se, resistir e persistir, porque preocupa-se com a formação continuada e com o debate de diversas temáticas que permeiam o fazer profissional como: a) as desigualdades de gênero - salarial, nos cargos de chefia, nos espaços de poder e nas decisões institucionais; b) as desigualdades sociais - com os operadores do direito que performam a pequena burguesia, decidindo pelos jurisdicionados na perspectiva de calcificar o *status quo*; c) as desigualdades de etnia/raça - por esses espaços serem compostos majoritariamente por homens brancos, assim como o poder estar majoritariamente na mão destes, como também pelo tratamento degradante que pessoas negras têm nesses espaços; d) as desigualdades com relação ao direito à sexualidade e expressão do gênero humano - o qual é explicitado numa heteronormatividade e papéis de gênero historicamente estabelecidos que preendem quaisquer tentativas extrapolar o binarismo imposto socialmente.

Outrossim, sem perspectivas messiânicas ou fatalista, o Projeto por meio de seus/suas integrantes, assume o compromisso e igualmente invoca um compromisso da categoria profissional com a sociedade, qual seja a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (Cfess, 2012, p. 24).

Por fim, importa registrar que mesmo alinhado com seu objetivo principal, o Projeto ganha movimento próprio a partir do que a realidade apresenta. Isto é, trata-se de um movimento que não depende exclusivamente da coordenação e colaboradores, mas da própria dinâmica dialética da realidade. Portanto, os objetivos específicos e as metas vão se modificando e ampliando a concepção da “Roda”, que extrapola o formato da própria, indo para debates e passando a pautar o sociojurídico em diversos espaços, com outras metodologias tão dialógicas quanto as rodas de conversa.

Assim, são expressões desse movimento: a) a consolidação de turma de estágio na área, e consolidação de pesquisa na área na Faculdade e Pós-Graduação, garantindo que o debate sobre o sociojurídico possua espaço na academia e corresponda às inquietações e provocações do Conjunto CFESS/CRESS, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO); b) convite e integração na Comissão do Sociojurídico do conselho de classe, posteriormente assumindo a vice-coordenação da mesma; c) articulação junto ao Conjunto CFESS/CRESS e suas comissões de ética e de fiscalização para averiguação das condições e relações de trabalho, assim como as reflexões sobre os manuais e Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCRs) institucionais

que demarcam o que as instituições compreendem por competências profissionais; d) convite e integração do núcleo docente estruturante para repensar o Projeto Pedagógico do Curso da IFES e, dentre outros objetivos, a própria curricularização da extensão; e) convite e participação na organização de eventos em instituições sociojurídicas sobre temáticas afins; d) e um movimento que está iniciando nesse momento são reiteradas solicitações de profissionais de diversos municípios para orientação no que diz respeito a questões relacionadas ao exercício profissional e condições e relações de trabalho, questão que fez com que assistentes sociais passassem a integrar a equipe do Projeto.

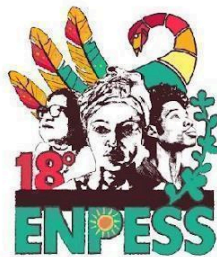
#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar a recente experiência do Projeto de Extensão “*Título não identificado para atender regras de submissão*” este relato permite três reflexões: a primeira está relacionada com exercício de (se) perceber, por parte das/os autores deste texto, no movimento de construção do próprio projeto, tornando-se uma avaliação dentro de um processo mais amplo; em segundo lugar, refletir sobre que significados se pretende acerca da extensão e sua associação com a pesquisa e ensino; e terceiro, porque expor essa experiência é permitir que outros/as a conheçam e também possam contribuir com suas avaliações e contribuições dentro e fora da universidade e do território de realização de suas atividades.

Nesse processo, é destaque que em pouco tempo, a construção e os resultados alcançados pelo referido projeto, ao ousar assumir lacunas de uma pesquisa de doutorado, assiste a redefinição de seus objetivos traçados para o projeto e a sua relevância para o fortalecimento do diálogo entre os (as) assistentes sociais das instituições sociojurídicas e os alunos que estão em processo de formação acadêmica.

Em primeiro lugar, avalia-se a importância da produção de pesquisas que não possuam o caráter endógeno. Isto é, não apresentem resultados à sociedade e provoquem de algum modo reflexões e mudanças. Para além disso, mesmo sem financiamento no primeiro ano de exercício (2023), conforme mencionado, o projeto obteve grandes resultados, alcançando um público maior que o esperado, ganhando espaço e reconhecimento nas instituições sociojurídicas e na instituição de ensino.

As rodas de conversa, instrumento utilizado para a realização do projeto, ocorrem sempre em concordância com os princípios estabelecidos pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

buscando alcançar a formação dos profissionais e estudantes a partir dos principais valores, sendo eles o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a autonomia e a emancipação humana. Conforme discorrido durante o texto, compreende-se que fortalecer a atuação profissional dos (as) assistentes sociais na área sociojurídica por meio das atividades do projeto, colabora para socializar e democratizar o conhecimento adquirido a partir das experiências dessas profissionais que lidam diariamente com decisões que mudam o curso da vida de sujeitos que buscam o aparato do Estado. Ademais, o projeto assume um compromisso com as instituições onde estão lotados esses profissionais, pois com a inserção dos estagiários (as) nesses espaços, ocorre o processo de troca de conhecimento, como também sela um compromisso com as/os profissionais, que majoritariamente, vivem uma rotina de trabalho solitária.

Por fim, com isso, demonstra-se a necessidade que as/os profissionais que atuam nessas instituições sociojurídicas possuem em compartilhar o seu cotidiano profissional, como forma de superar a tendência de sujeição ao fetichismo.

## 5. REFERÊNCIAS

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10a. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., Caxambu, 2004. Anais... Caxambu: ANPEd, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2004.

FÁVERO, Eunice. **Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos.** Serviço Social & Sociedade, n. 131, p. 51-74, 2018.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Universidade Federal da Paraíba. Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95, 2014.

AUTOR, TÍTULO, ANO (Não identificado para atender regras de submissão)